

Processo Nº 030/2023Folha Nº 1Assinatura JA

RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
PROCURADORIA LEGISLATIVA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD Nº 030/2023

Requisitante: Gab. Vereador Alan Menezes	Data: 13/03/2023
<p>1. Objeto: INSCRIÇÃO PARA O CURSO - 1023/2803 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS – DA TEORIA À PRÁTICA: Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Processo Legislativo, Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, e demais temas relevantes para os Poderes Executivos e Legislativos Municipais. Palestras Especiais: Segurança Jurídica, Eficiência e os impactos das alterações da LINDB no Poder Público, Contratações Diretas por Inexigibilidade de Licitação e Vedações à Participação de Licitações e da Execução de Contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.</p> <p>Data de Início: 28/03/2023 Data de Término: 31/03/2023 Local: Rua Jerônimo Coelho, 354, Sala INLEGIS. Porto Alegre.</p> <p>REQUERENTE: Josiane Michele Rodrigues Lessa</p>	
<p>Objeto trata-se:</p> <p>() Aquisição de bens. (<input checked="" type="checkbox"/>) Serviço não continuado. () Serviço continuado.</p>	
<p>2. Justificativa:</p> <p>Para qualificação da servidora, para melhor desempenho nas atividades descritas no objeto.</p>	
<p>3. Quantidade de material / serviço a ser contratada:</p> <p>Uma inscrição.</p>	
<p>4. Previsão de data de entrega ou contratação:</p> <p>27/03/2023</p>	

Processo N° 030 / 2023Folha N° 2Assinatura [assinatura]

RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
PROCURADORIA LEGISLATIVA

5. Valor Estimado:

O valor do curso é de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais) a inscrição.

6. Presidente: Autorizo Não Autorizo

Filipe Almeida de Souza
Presidente Legislativo
São Jerônimo

Em: 14 / 03 / 23FILIPPE A. DE SOUZA**7. Jurídico:**DE ACORDO, EM 14/03/23**Forma de Contratação Sugerida:**

- () Licitação
() Compra Direta - Dispensa de Licitação
() Compra Direta - Inexigibilidade
() Compra de Pronto Pagamento (Art. 95 § 2º)
() Urgência / Emergência

DOTAÇÃOVERSAOOL ALAN**8. Melhor Proposta:**Razão Social: INTEGRI CONSULTORIA E TREINAMENTOCNPJ: 30.050.141/0001-80Valor: R\$ 790,00Registrado na ATA n°: 10 / 2023**9. Dotação Orçamentária:**7.1. Dotação Orçamentária: 57-339039

7.2. Bloqueio de Dotação: _____

Processo Nº 030/2023Folha Nº 3Assinatura EM

RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
PROCURADORIA LEGISLATIVA

7.3. Saldo da Dotação: _____

Data: 15/03/23

EM
Elissandra Moreira Lanzanni
Téc. em Contabilidade
CRC 00323

10. Jurídico / Parecer:

11. Agentes de Contratação

Empresa

INLEGIS

Vencedora:

CNPJ: 30.050.141.0002.80 Ata nº: 08/2023Modalidade: INEXIGIBILIDADE 14/2023 Publicado D. O.: 17/03/23

Conclui-se estarem presentes todas as formalidades legais, previstas na Lei de Licitações.
Diante disto autorizo a aquisição e/ou contratação na forma determinada.


EMPENHO 284

EM
Agente de Contratação

12. Licitação:

Publicado Licitação em: ___/___/___

Contrato nº: _____ Publicado em: ___/___/___

Processo Nº 030/2023Folha Nº: 4Assinatura: 

RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Solicito a Contratação de 01 (uma) inscrição para o curso 1023/2803- O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS DA TEORIA À PRÁTICA: Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Processo Legislativo, Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, e demais temas relevantes para os Poderes Executivos e Legislativos Municipais. Palestras Especiais: Segurança Jurídica, Eficiência e os impactos das alterações da LINDB no Poder Público, Contratações Diretas por Inexigibilidade de Licitação e Vedação à Participação de Licitações e da Execução de Contrato, de acordo com a Lei nº14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA

Entende-se ser um curso relevante para a qualificação da servidora ,para melhor desempenho nas atividades descritas no objeto.

3. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

A prestação de serviço se dará nos dias 28 a 31 de Março de 2023, Sala INLEGIS, na Rua Jerônimo Coelho, 354 - Porto Alegre.

4. VALOR ESTIMADO


4.1. O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais).

5. CONTROLE DA EXECUÇÃO

5.1. A fiscalização da contratação será exercida pelo Comissão de Fiscalização da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

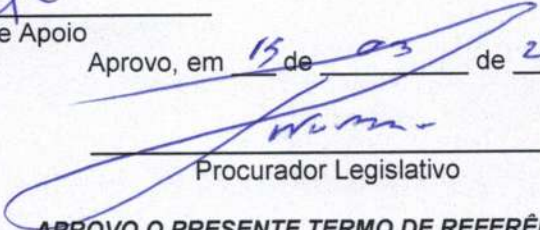
5.2. A Comissão de Fiscalização do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

São Jerônimo, 15 de Março de 2023.



Equipe de Apoio

Aprovo, em 15 de 03 de 23.



Procurador Legislativo

APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Nº 030/2023
 Folha Nº: 5
 Assinatura: [assinatura]
 INSCREVA-SE NO CURSO

INSCREVA-SE NO CURSO

1023/2803 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS – DA TEORIA À PRÁTICA: Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Processo Legislativo, Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, e demais temas relevantes para os Poderes Executivos e Legislativos Municipais. Palestras Especiais: Segurança Jurídica, Eficiência e os impactos das alterações da LINDB no Poder Público, Contratações Diretas por Inexigibilidade de Licitação e Vedações à Participação de Licitações e da Execução de Contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

Data de início: 28/03/2023

Data de Término: 31/03/2023

Local: Rua Jerônimo Coelho, 354, Sala INLEGIS. Porto Alegre

CNPJ: 30.050.141/0001-80

VER O TEMÁRIO DO CURSO

Certidões Negativas
 Federal: 28/08/23
 Estadual: 14/08/23
 Municipal: 31/03/23
 FGTS: 19/03/23
 INSS: 28/08/23

Hotel Embaixador

Recomendamos sua hospedagem no Hotel Embaixador, nossa sala é dentro do hotel. Preços especiais para nossos clientes:

Individual R\$ 120 (por diária/pessoa),

Duplo, Triúpio R\$85 (por pessoa/diária)

RESERVE SEU HOTEL



INSCREVA-SE NO CURSO

ALERTA

O não comparecimento ao curso no qual você tem inscrição confirmada, irá gerar a cobrança de 50% do valor junto ao órgão no qual você trabalha, exceto se houver o cancelamento até 24h antes do início.



Carga Horária

Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.



Investimento

R\$ 790,00


Municípios com Consultoria Jurídica, desconto especial!

Processo Nº 020/2023

Folha Nº 6

Terça-Feira:

09h:00min - Credenciamento |

Assinatura: 

14h - 17h: Turno de Aula

Quarta-feira:

09h - 11h:50min: Turno de Aula

14h - 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h - 11h:50min: Turno de Aula

14h - 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

09h - 11h: Turno de Aula

11h: Entrega do Certificado.

Público Alvo

Interessados no tema em geral:

Prefeito, Vice-Prefeitos e interessados em geral, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores, Agente Administrativo, Coordenador de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Diretores de Câmaras, Secretários Municipais, Comissão de Orçamento, Prefeituras e Câmaras, Comissão de Licitação, Pregoeiro, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Procuradores Jurídico, Secretária de Administração, Controle Interno, Assessoria de Imprensa, Oficial de Gabinete, telefonista, recepcionista, atendimento ao público, técnico em informática e setor de informática, técnico em contabilidade, Atendimento Procons Municipais, Serviços Gerais e demais profissionais interessados no tema.

INSCREVA-SE NO CURSO

Dados de Empenho

INLEGIS - Consultoria e Treinamento

CNPJ: 30.050.141/0001-80 INSCRIÇÃO

MUNICIPAL: 608.267.2.0

ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto

Alegre

EMAIL: financeiro@inlegis.com.br FONE: 51-3015-5809



Quantidade limitada, consulte disponibilidade.

Temas Debatidos no Treinamento

Programação poderá sofrer alterações em virtude da pandemia da COVID-19

AULA | TERÇA - TARDE

SEGURANÇA JURÍDICA, EFICIÊNCIA E OS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 13.655/2018 À LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB):

NECESSIDADE, NAS ESFERAS ADMINISTRATIVA, CONTROLADORA OU JUDICIAL, DE SE CONSIDERAR AS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA DECISÃO

A IMPORTÂNCIA DA MOTIVAÇÃO DOS ATOS

NECESSIDADE, NA INTERPRETAÇÃO DE NORMAS SOBRE GESTÃO PÚBLICA, DE SEREM CONSIDERADOS OS OBSTÁCULOS E AS DIFICULDADES REAIS DO GESTOR E AS EXIGÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

 Estamos no WhatsApp

Inscrição? Reserva de Hotel? Clique aqui

NECESSIDADE, NA DECISÃO ADMINISTRATIVA, CONTROLADORA OU JUDICIAL QUE ESTABELECEER INTERPRETAÇÃO OU ORIENTAÇÃO NOVA SOBRE NORMA DE CONTEÚDO INDETERMINADO, DE PREVER REGIME DE TRANSIÇÃO

RESPONSABILIZAÇÃO PESSOAL DOS AGENTES PÚBLICOS EM CASO DE DOLO OU ERRO GROSSEIRO

O QUE CONFIGURA "ERRO GROSSEIRO"

NECESSIDADE DE A REVISÃO, NAS ESFERAS ADMINISTRATIVA, CONTROLADORA OU JUDICIAL, QUANTO À VALIDADE DE ATO, CONTRATO, AJUSTE, PROCESSO OU NORMA ADMINISTRATIVA CUJA PRODUÇÃO JÁ SE HOUVER COMPLETADO, DE SE CONSIDERAR AS ORIENTAÇÕES GERAIS DA ÉPOCA

DESTAQUE! NOVO!

RESPONSABILIDADE CIVIL DO

DESTAQUE! NOVO!

DOLO OU ERRO GROSSEIRO EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – ESTUDO DE CASOS PRÁTICOS DE APLICAÇÃO DOS CONCEITOS ESTABELECIDOS PELA LEI Nº 13.655/2018

COMO EVITAR A RESPONSABILIZAÇÃO PELA AÇÃO OU OMISSÃO DECORRENTE DE ERRO GROSSEIRO EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

INSTRUTOR



Caroline Turri

Advogada formada pela PUC/RS, Especialista em Direito Público pela ESMAFE e em Direito Eleitoral pelo Verbo Jurídico, com experiência e atuação em Consultoria nas áreas de Direito Administrativo, Cível, Empresarial, Bancário e Eleitoral. Iniciou sua carreira no Escritório Campos Garcia, onde atuava na área de Direito

AULA | QUARTA - MANHÃ

OS DESAFIOS ESTABELECIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021 PARA A GESTÃO, A ASSESSORIA E A FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:

VISÃO GERAL SOBRE A NOVA LEI

VIGÊNCIA, EFICÁCIA E TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME JURÍDICO

PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE O NOVO E O ANTIGO REGIME JURÍDICO DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

(NOVOS) PRINCÍPIOS – COMPREENSÃO, APLICAÇÃO E DESAFIOS

GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

MAIS RELEVANTES E NOVAS DEFINIÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI Nº 14.133/2021

O PODER PÚBLICO NO MERCADO DE COMPRAS ELETRÔNICAS

NOVOS PARADIGMAS: O PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL

A LÓGICA DOS MERCADOS PRIVADOS NA LEI Nº 14.133/2021

PRINCIPAIS FRAGILIDADES EM COMPRAS PÚBLICAS

NOVOS PAPEIS: OS AGENTES PÚBLICOS NA LEI Nº 14.133/2021

NOVO (E AMPLIADO) PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA: MAIS ATRIBUIÇÕES E MAIS RESPONSABILIDADES!

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DA AUTORIDADE COMPETENTE

PECULIARIDADES PARA MUNICÍPIOS COM ATÉ 10 MIL HABITANTES E PARA MUNICÍPIOS COM ATÉ 20 MIL HABITANTES

CONSÓRCIOS PÚBLICOS – NOÇÕES GERAIS

OS (NOVOS) OBJETIVOS DA LICITAÇÃO ESTABELECIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021

PROPOSTA MAIS VANTAJOSA X RESULTADO DE CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSO

REGULAMENTAÇÃO LOCAL DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

INSTRUTOR



Processo Nº 030/2023

Folha Nº 8

Assinatura

Luiz Eduardo Zanoto

Graduado no curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre/RS.
Especialista em Direito do Estado pelo Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITTER, Canoas/RS.

INSCREVA-SE NO CURSO

AULA | QUARTA-TARDE

REVISÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (LOM):

NATUREZA DAS LEIS ORGÂNICAS;

SIMETRIA COM CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 E COM A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL DE 1989.

SISTEMATIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL:

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO:

PRINCÍPIO DA ORGANIZAÇÃO;

BENS;

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO;

SERVIDORES.

ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO

ORÇAMENTO E FINANÇAS

OUTROS TEMAS GERAIS

SAÚDE;

EDUCAÇÃO;

MEIO AMBIENTE;

HABITAÇÃO.

PROCESSO LEGISLATIVO PARA APROVAÇÃO DE EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

ESTUDO DE CASO: ANÁLISES E COMENTÁRIOS DE UMA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

INSTRUTOR



Guilherme Stumpf

Advogado, bacharel em direito pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.

AULA | QUINTA-MANHÃ

COMISSÕES PARLAMENTARES – DA TEORIA À PRÁTICA NAS CASAS LEGISLATIVAS:

FORMAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES;

DESIGNAÇÃO E RESPONSABILIDADES DO RELATOR;

DESIGNAÇÃO E RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES.

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR:

QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR – CONCEITO E PREVISÃO CONSTITUCIONAL;

PROCESSAMENTO;

INVOLVIBILIDADE PARLAMENTAR X QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR.

O PAPEL DO PRESIDENTE E DA MESA DIRETORA DA CÂMARA NO PROCESSAMENTO DA CPI

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS E ATUALIZAÇÃO COM BASE NOS PRINCIPAIS APONTES DO TCE/RS:

EM RELAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO:

CRIAÇÃO DE CARREIRA ESPECÍFICA PARA A ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA;

FORMAÇÃO MÍNIMA – REQUISITOS DO CARGO DE FISCAL TRIBUTÁRIO OU AUDITOR FISCAL DA FAZENDA MUNICIPAL;

PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS.

EM RELAÇÃO AO EQUILÍBRIO FISCAL DO MUNICÍPIO

EM RELAÇÃO AO (DES)CUMPRIMENTO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

INSTRUTOR



Edison Imar de Oliveira Melo

Processo Nº	030/2023
Folha Nº	9
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

INSCREVA-SE NO CURSO

AULA | QUINTA-TARDE

O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE LEIS NA PRÁTICA
– DA PROPOSIÇÃO À PUBLICAÇÃO:

REDAÇÃO FINAL

TRÂMITES EM CADA FASE / ETAPA DO PROCESSO
LEGISLATIVO:

FASE COMPLEMENTAR OU INTEGRADORA:

FASE DE INICIATIVA OU INTRODUTÓRIA

PROMULGAÇÃO

FASE CONSTITUTIVA, COM DESTAQUE A:

PUBLICAÇÃO

TRAMITAÇÃO

NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO APÓS PROMULGAÇÃO
E PUBLICAÇÃO

REGIME DE URGÊNCIA

ATUALIZAÇÃO E ORIENTAÇÕES SOBRE TÉCNICAS E
NORMAS PARA A REDAÇÃO E A ALTERAÇÃO DE LEIS:

ANÁLISES E PARECERES DAS COMISSÕES

TÉCNICAS LEGISLATIVAS:

EMENDAS PARLAMENTARES – REQUISITOS,
VEDAÇÕES E EMENDAS IMPOSITIVAS

ESTRUTURA DAS LEIS NO BRASIL;

VOTAÇÃO

CLÁUSULAS OBRIGATÓRIAS DE VIGÊNCIA E DE
REVOGAÇÃO;

SANÇÃO

EPÍGRAFE, EMENTA, PREÂMBULO, PARTES,
TÍTULOS, CAPÍTULOS, ARTIGOS, PARÁGRAFOS,
INCISOS, ALÍNEAS E ITENS.

VETO

TÉCNICAS DE REDAÇÃO DE LEIS

DISCUSSÃO E REJEIÇÃO / "DERRUBADA" DE VETO

TÉCNICAS DE ALTERAÇÃO DE LEIS

RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DE LEIS

INSTRUTOR



Guilherme Stumpf

Advogado, bacharel em direito pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.

AULA | SEXTA-MANHÃ

CONTRATAÇÕES DIRETAS POR INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO, COM DESTAQUE AO CREDENCIAMENTODESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS PARA O
DESEMPENHO DE FUNÇÕES PREVISTAS NA LEI;VEDAÇÕES À DISPUTA DE LICITAÇÕES E À
PARTICIPAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS, DE ACORDO COM A NOVA LEIDISPUTA DE LICITAÇÕES E NA PARTICIPAÇÃO DA
EXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO;

TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS;

VEDAÇÕES A PRÁTICAS NEPÓTICAS, CONFORME
DISPOSTO NA LEI Nº 14.133/2021, NA:SUBCONTRATAÇÃO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO
ADMINISTRATIVO.APONTAMENTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS
SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

INSTRUTOR

A sua

Consultoria
Jurídica tem

Plantão Noturno?

Responde em 48h?

Conheça o **INLEGIS**

Tudo isso e muito mais!

Plantão

O INLEGIS é a única consultoria que mantém profissionais de **plantão para atender** as mais diversas demandas de seus associados **até às 22h**.

Rapidez com Qualidade

O INLEGIS tem um compromisso com a rapidez da informação, somos a única consultoria **que responde em até 48h**.

Conhecimento e Experiência

Os profissionais responsáveis pela emissão de nossos pareceres e orientações **possuem mais de 20 anos de atuação** na área pública.

Processo Nº 030/2023

Folha Nº 12

Assinatura: A



INLEGIS

Consultoria e Treinamento

Carta de Apresentação

O INLEGIS – Consultoria e Treinamento, é uma instituição que presta assessoria e consultoria especializada em gestão pública, através de cursos In Company, treinamentos e consultoria direta com suporte on-line e presencial dirigidos ao Poder Público em geral.

Destaca-se a experiência em Gestão Jurídica e Estratégica com ênfase na reestruturação da área Jurídica, controles, projetos e formação de equipes com foco em estratégia organizacional, contencioso e qualidade. Possuímos competência na criação e desenvolvimento de planejamento estratégico, revisão de processos de trabalho, aprimoramento de equipe de alto desempenho e integração de sistemas dedicada à busca de resultados e com foco no cliente, com aptidão em diagnosticar problemas e apontar as melhores soluções às demandas identificadas.

A aprovação da Lei Complementar no 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em maio de 2000, teve forte repercussão nas atividades de todas as esferas do Poder Público, levando ao INLEGIS a desenvolver metodologias para a realização de programas de assessoria técnica com a finalidade de preparar as Administrações Municipais para o cumprimento das normas da LRF.

O objetivo do INLEGIS está baseado em pesquisas e modernas técnicas de gestão, que tem o objetivo de auxiliar e garantir maior segurança na tomada de decisões por técnicos e agentes políticos.

O INLEGIS tem sua atuação nas mais diversas áreas da gestão pública, criando soluções de problemas da área governamental, relacionados com o orçamentos (PPA, LDO e LOA), controle interno, tributos, gestão fiscal, contabilidade governamental, atividade legislativa do Poder Executivo, processo e técnica legislativa, organização e administração de pessoal e recursos humanos, previdência social, licitação e contratos, improbidade administrativa, estatuto da cidade e na revisão de legislações, processos administrativos e reestruturação administrativa e funcional.

Governos e Entidades Municipais – Brasil

Prefeituras e Câmaras Municipais das capitais dos Estados e órgãos da administração direta e indireta;

Municípios de portes médios e pequenos em todos os Estados da Federação;

Associações nacionais, estaduais e regionais de Municípios, bem como consórcios intermunicipais.

Diferenciais do INLEGIS

Plantão

O INLEGIS é a única consultoria que mantém profissionais de plantão para atender as mais diversas demandas de seus associados até às 22h. Disponível quando você mais precisa!

ENDEREÇO

RUA JERONIMO COELHO, 354, SALA INLEGIS
PORTO ALEGRE

TELEFONE

FIXO: (51) 3015-5809
WHATSAPP: (51) 9999.1.5809

SITE

CONSULTORIA@INLEGIS.COM.BR
WWW.INLEGIS.COM.BR

Rapidez com Qualidade

O INLEGIS tem um compromisso com a celeridade da informação, somos a única consultoria que responde em até 48h. Rapidez sem comprometer a qualidade técnica dos pareceres emitidos.

Conhecimento e Experiência

Os profissionais responsáveis pela emissão de nossos pareceres e orientações tem mais de 20 anos de atuação na área pública. Conhecimento e experiência juntos para dar mais segurança em suas decisões.

Trabalho Conjunto

O INLEGIS trabalha de forma conjunta com os assessores jurídicos das Câmaras Municipais: auxiliando, enviando modelos de documentos, leis e projetos. Para as mais diversas necessidades municipais, nós temos uma solução. Você sempre poderá solicitar modelos!

Ainda mais Benefícios

A cada dia a legislação tem se alterado de forma mais rápida, logo a reforma do Regimento Interno e Lei Orgânica é uma necessidade da grande maioria dos Municípios gaúchos. O INLEGIS tem um compromisso com a atualização e modernização dos legislativos municipais e oferece por preço especial a revisão da LOM ou RI.

Comprometimento

Além da competência e credibilidade, o INLEGIS se destaca pelo atendimento diferenciado aos seus clientes. Estamos sempre comprometidos em reduzir obstáculos entre a informação e quem precisa dela; pensando nisso, nossos associados recebem meios para contato direto com seu consultor jurídico.

Investimento

Antes de renovar o contrato com sua consultoria jurídica solicite um orçamento do INLEGIS; você vai se surpreender com nossos benefícios e valores!

Corpo Técnico do INLEGIS para evento de Curso In Company.

O quadro de técnicos é composto por profissionais da área jurídica, com experiência prática em Administração Pública, inclusive Tribunais de Contas, e devidamente preparados e atualizados para prestar informações de forma clara, segura e objetiva, em constante aperfeiçoamento e acompanham de forma efetiva todas as mudanças produzidas na legislação e nas melhores práticas de gestão.

ENDEREÇO

RUA JERONIMO COELHO, 354, SALA INLEGIS
PORTO ALEGRE

TELEFONE

FIXO: (51) 3015-5809
WHATSAPP: (51) 9999.1.5809

SITE

CONSULTORIA@INLEGIS.COM.BR
WWW.INLEGIS.COM.BR

Caroline Turri:

Advogada formada pela PUC/RS, Especialista em Direito Público pela ESMAFE e em Direito Eleitoral pelo Verbo Jurídico, com experiência e atuação em Gestão Estratégica, Consultoria nas áreas de Direito Administrativo, Cível, Bancário e Eleitoral. Iniciou sua carreira no Escritório Campos Garcia, onde atuava na área de Direito Bancário. Posteriormente ingressou na Assessoria Bellinati Perez, onde iniciou seu trabalho com gestão de processos e de pessoas. Na Suchy & Giozza atuou na gestão jurídica do escritório. Trabalhou durante dois anos junto ao Governo do Estado do RS, como Assessora Jurídica da METROPLAN, cuja atuação fundava-se principalmente na análise de documentos e subsídios para elaboração de Termos de Referências para editais de licitações, elaboração de justificativas e defesas administrativas referentes a apontamentos da CAGE e do Tribunal de Contas do Estado, além da elaboração de pareceres jurídicos e elaboração de projetos de lei. Na Nelson Willians e Advogados Associados exerceu a função de Gerente Jurídica, responsável pelas áreas técnicas do escritório, no âmbito cível, trabalhista, administrativo público e eleitoral. Atualmente compõe a Assessoria Técnica de Assuntos Especiais da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre, presta assessoria e consultoria nas áreas cíveis, administrativo público e eleitoral, ministra palestras no âmbito jurídico e trabalha o empoderamento feminino.

Profissional dedicada à busca de resultados e com foco no cliente, com aptidão em diagnosticar problemas e apontar as melhores soluções às demandas identificadas.

Edison Imar de Oliveira Mello

Economista, Professor Universitário, Auditor Aposentado do TCE-RS
Auditor Ap do TCE-RS com mais de 30 anos de atuação

Jonatan Johann

Advogado, mestrando em Direito Público - com experiência e atuação em Gestão Estratégica, Consultoria nas áreas de Direito Administrativo, Cível, Bancário e Eleitoral.
Exerceu a função de consultor jurídico e supervisor de consultoria do INLEGIS e Ideias em Gestão Palestrante de Cursos e Treinamentos

Eduardo Luchesi

Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Paulista (2001). Especialista em Direito Tributário pela Universidade de Franca (UNIFRAN - SP). Especialista em Direito do Estado pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul (UFRGS -RS). Mestrando em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC - RS). Foi procurador jurídico do IBRAP - Instituto Brasileiro de Administração Pública. Exerceu a função de consultor jurídico e supervisor de consultoria do Instituto Gamma de Assessoria à Órgãos Públicos - IGAM. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Constitucional e Tributário

Formação acadêmica/titulação

2011

Mestrado em andamento em Direito (Conceito CAPES 5). Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Brasil.

Título: PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE: APLICABILIDADE DA TEORIA DA JUSTIÇA DE JOHN RAWLS COMO INSTRUMENTO DE EFICÁCIA NA PRODUÇÃO DE NORMAS LEGAIS NO PROCESSO LEGISLATIVO, Orientador: Inácio Helfer.

2006 - 2007

Especialização em Direito do Estado. (Carga Horária: 360h). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.

Título: A Terceirização da Dívida Ativa Tributária Municipal. Orientador: Paulo Antônio Caliendo Velloso da Silveira.

2004 - 2004

Especialização em Direito Tributário. (Carga Horária: 360h). Universidade de Franca, UNIFRAN, Brasil. Título: O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo.

1997 - 2001

Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais. Universidade Paulista, UNIP, Brasil.

1993 - 1995

Ensino Médio (2º grau). Instituição Moura Lacerda.

Formação Complementar

2001 - 2005

Língua Italiana. (Carga horária: 320h). Escola de Idiomas Easy English.

2003 - 2004

Extensão universitária em Administração Pública. (Carga horária: 192h). Instituto Brasileiro de Administração Pública.

Atuação Profissional

Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Horista convidado

Outras informações

Professor da Pós-Graduação lato sensu, em nível de especialização, do curso de Direito Administrativo, no Campus Vacaria, cadeira de Processo Administrativo Tributário e Execução Fiscal na Fazenda Pública.

Câmara Municipal de Victor Graeff - RS, CMVG, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2012

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Cargo em Comissão, Carga horária: 20

Outras informações

Assessor Jurídico nomeado em cargo de livre nomeação e exoneração no Poder Legislativo de Victor Graeff - RS, com atribuições de emissão de pareceres, processos e confecções de leis e demais atos administrativos.

Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: pesquisador

CETRA - IMED Ensino Superior, CETRA - IMED, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2010

Vínculo: Professor Horista, Enquadramento Funcional: Horista

Outras informações

Professor Horista na unidade educacional CETRA - IMED Porto Alegre, em cursos preparatórios para as carreiras públicas, na cadeira docente de Direito Administrativo, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil do Estado, Atos Administrativos, Princípios do Direito Administrativo e Improbidade Administrativa

Instituto Gamma de Assessoria a Órgãos Públicos, IGAM, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2012

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico/Supervisor de Consultoria, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Instituto Brasileiro de Administração Pública, IBRAP, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2005

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Procurador Jurídico, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Vaz Silveira Advogados, VSA, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2003

Vínculo: autônomo, Enquadramento Funcional: advogado, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Universidade Paulista, UNIP, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2002

Vínculo: Monitoria em Direito Real, Enquadramento Funcional: bolsista-estudante, Carga horária: 2

Outras informações

Monitor em Direito Civil IV - Direitos Reais, ministrando aulas para os discentes do quarto ano.

Poder Judiciário de São Paulo, JEC, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - 2000

Vínculo: estagiário, Enquadramento Funcional: estagiário e conciliador, Carga horária: 20

Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual

Vínculo: Prestador de serviços, Enquadramento Funcional: Prestador de serviços, Carga horária: 0

Outras informações

Prestador de serviços na área jurídica, com atuação consultiva na área de pessoal e tributária e facilitador na área legislativa

Projetos de pesquisa

2011 - Atual

Comunitarismo, Instituições Comunitárias e Políticas Públicas

Descrição: Grupo de pesquisa cadastrado junto ao CNPQ coordenado pelo Prof. Dr João Pedro Schmidt, num total de 7 horas no primeiro semestre de 2011 e 7 horas no segundo semestre de 2011..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Mestrado acadêmico: (4) / Doutorado: (1)

Integrantes: Eduardo Luchesi - Coordenador.
Financiador(es): Universidade de Santa Cruz do Sul - Outra.

Membro de corpo editorial

2003 - 2006

Periódico: Informativo IBRAP

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.
5. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Tributário.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

MOLIN, A.; **LUCHESE, E.**. Nepotismo e a Súmula Vinculante N. 13: efeitos concretos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e sua aplicação. Destaque Jurídico, v. VII, p. 63-72, 2008.

MOLIN, A.; **LUCHESE, E.**. Dano Moral Coletivo em Matéria Ambiental. Destaque Jurídico, v. 6, p. 179-184, 2007.

Capítulos de livros publicados

LUCHESE, E.; MAGALHAES, C. P. ; BOLESINA, I. ; DIAS, F. V. ; WINCK, F. P. ; PELLEGRINI, G. K. F. ; VICENTE, J. B. ; REIS, J. R. ; ASCENSAO, J. O. ; MIGLIAVACCA, L. A. ; ADOLFO, L. G. S. ; SILVA, R. M. ; BOFF, S. O. ; CASTILHOS, S. L. ; CARVALHO, S. A. . SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO NO SEIO ADMINISTRATIVISTA: UM ENLACE ACERCA DA NOVA FISCALIZAÇÃO DIGITAL E O ACESSO Á INFORMAÇÃO.. In: Adolfo, Luiz Gonzaga Silva. (Org.). Direitos Fundamentais na Sociedade da Informação. 1ed. Florianópolis: GEDAI, 2012, v. 1, p. 1-228.

LUCHESE, E.; **LUCHESE, E.** PELLEGRINI, G. K. F. BOLESINA, I. DIAS, F. V. SWAROVSKY, A. RIBEIRO, C. S. MARCO, C. M. GORZEWSKI, C. MARCONATTO, C. C. TONET, F. FORTES, F. S. RECKZIEGEL, J. BAGATINI, J. SILVA, L. A. NUNES, L. F. LUIZA, L. H. M. D. ODORISSI, F. CASTRO, M. F. LEAL, M. C. H. CARLI, P. CARVALHO, P. C. HAHN, P. LEITAO, R. P. DONATO, R. S. TRAMONTINA, R. , *et al.*; Participação Política para Humanização do Processo Legislativo e Garantia da Máxima Efetivação dos Direitos Humanos. In: Gorczewski, Clovis. Leal, Mônia Clarissa Henning.. (Org.). Constitucionalismo Contemporâneo - Desafios e Tendências. 1ed. Curitiba: Multideia, 2012, v. 1, p. 1-305.

MOLIN, A. ; SOARES, A. P. M. ; HENKEL, K. C. ; BENEDETTI, S. M. ; CUSATO, L. M. ; SANTOS, H. R. ; CARRARO, L. ; TEIXEIRA, M. B. ; BAVARESCO, A. S. ; MAGADAN, Y. G. ; GUINTEIRO, S. C. I. ; WUNDERLICH, A. ; OSORIO, F. C. ; NUNES, J. P. ; KIST, D. J. ; CARIVALLI, L. F. ; CARDONA, A. M. A. ; AYUB, L. C. K. ; PAULI, P. C. A. ; JESUS, O. M. M. ; LOPES, A. ; MADEIRA, L. G. A. ; **LUCHESE, E.** . Direito Administrativo. In: Dario José Kist. (Org.). Exame da OAB 1a fase. Questões

ENDEREÇO

RUA JERONIMO COELHO, 354. SALA INLEGIS
PORTO ALEGRE

TELEFONE

FIXO: (51) 3015-5809
WHATSAPP: (51) 9999.15809

SITE

CONSULTORIA@INLEGIS.COM.BR
WWW.INLEGIS.COM.BR



Comentadas. 1aed. São Paulo: Saraiva, 2010, v. , p. 55-93.

Textos em jornais de notícias/revistas

LUCHESI, E.. O exercício do magistério: uma luta contínua. Municípios Ativos, p. 02 - 02, 01 dez. 2008.

LUCHESI, E.; IGLESIAS, K. A. . Crimes Contra a Administração Pública. Informativo IBRAP, Ribeirão Preto, p. 2 - 2.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

KAHMANN, A. C. ; LUCHESI, E.. Políticas Públicas em educação infantil: foco na formação ou no assistencialismo?. In: VI Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas, 2009, Santa Cruz do Sul. VI Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas, 2009.

LUCHESI, E.. Narrar, Educar, Empoderar: Apontamentos sobre autonomia sob a ótica de Paulo Freire. In: XI Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, 2009, Porto Alegre. XI Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, 2009.

LUCHESI, E.; KAHMANN, A. C. ; SOUZA, A.L.B. . Patrimônio Histórico-Cultural e as Cidades: O Papel do Gestor Municipal em Face do Resgate Memorialístico. In: Congresso Internacional Transdisciplinar Ambiente e Direito, 2007, Porto Alegre. III Congresso Internacional Transdisciplinar Ambiente e Direito, 2007.

Apresentações de Trabalho

1. **LUCHESI, E.;** KAHMANN, A. C. . Narrar, educar, empoderar: apontamentos sobre

autonomia sob a ótica de Paulo Freire. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2. **LUCHESI, E.;** KAHMANN, A. C. . Políticas públicas em educação infantil: foco na formação ou no assistencialismo?. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

3. **KAHMANN, A. C. ; LUCHESI, E..** Os Vinte Anos da Constituição e o Desafio de Educar para a Cidadania: O Papel dos Municípios. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

4. **SOUZA, A.L.B. ; KAHMANN, A. C. ; LUCHESI, E..** Patrimônio Histórico-Cultural e as Cidades: o papel do gestor municipal em face do resgate memorialístico. 2007. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **LUCHESI, E..** Reestruturação e confecção do Plano de Carreira e quadro funcional do Poder Legislativo de Três de Maio - RS. 2015.

2. **LUCHESI, E..** Reformulação e Revisão da Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara Municipal de São Marcos. 2014.

3. **LUCHESI, E..** Estudo sobre a elaboração de Plano de Carreira do Magistério. 2012.

4. **LUCHESI, E..** Revisão de Regimento Interno da Câmara Municipal. 2012.

5. **LUCHESI, E..** Assessoria Jurídica. 2012.

6. **LUCHESI, E..** Revisão do Regimento Interno. 2012.

7. **LUCHESI, E..** Revisão de Regimento Interno. 2012.

8. **LUCHESI, E..** Atualização e Revisão da Lei Orgânica e Regimento Interno da Câmara Municipal de Serafina Corrêa. 2011.

9. **LUCHESI, E..** Cobrança de ISSQN nas operações de leasing. 2011.

10. **LUCHESI, E..** Alteração de Lei Orgânica. 2011.

11. **LUCHESI, E..** Atualização e Revisão da Lei Orgânica Municipal de São Leopoldo. 2009.

12. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2007.
13. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2007.
14. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2007.
15. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2007.
16. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2007.
17. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2007.
18. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2006.
19. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2006.
20. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2006.
21. LUCHESI, E.. Elaboração da Lei Orgânica e Regimento Interno. 2006.
22. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2006.
23. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2006.
24. LUCHESI, E.. Elaboração de Regimento Interno. 2006.
25. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2006.
26. LUCHESI, E.. Elaboração de Código Tributário Municipal. 2006.
27. LUCHESI, E.. Comissão de Ética Parlamentar. 2006.
28. LUCHESI, E.. Elaboração de Lei Orgânica e Regimento Interno. 2005.

Trabalhos técnicos

LUCHESI, E.. Contrato de obra e serviços de engenharia para instalação de plataforma basculante na moega rodoviária da filial do Porto de Rio Grande - RS. 2014.

2. LUCHESI, E.. Plano De Carreira, Cargos e Salários da Câmara Municipal de Capinzal - SC. 2007.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

LUCHESI, E.. Revisão da Lei Orgânica. 2011. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

LUCHESI, E.. Treinamento sobre Fiscalização Tributária Municipal. 2013. .

LUCHESI, E.. Treinamento sobre Fiscalização Tributária Municipal. 2013. .

LUCHESI, E.. Treinamento sobre Fiscalização Tributária Municipal. 2013. .

LUCHESI, E.. I Encontro Jurídico dos Assessores da Regional Zona Sul. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.. Treinamento sobre Fiscalização Tributária Municipal. 2013. .

LUCHESI, E.. Treinamento sobre Fiscalização Tributária Municipal. 2013. .

FERREIRA, M. N. ; LUCHESI, E. . I SESILIN. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.. Advocacia na Esfera Pública - Desafios e Tendências. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.. Treinamento sobre o IPTU: Análise e Aspectos Polêmicos. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.. Direitos dos Servidores Públicos Federais. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.. Treinamento sobre A Cobrança Judicial Dívida Ativa. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.. Treinamento sobre ISS nas operações de Leasing. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Processo Nº 030/2023

Folha Nº: 20

Assinatura: *AE*

LUCHESI, E. Encerramento do mandato - Principais Verificações. 2012. .

LUCHESI, E. Condutas Vedadas aos Agentes Públicos nas Rotinas Administrativas. 2012. .

LUCHESI, E. Controle Patrimonial nas Câmaras e Prefeituras Municipais. 2012. .

LUCHESI, E. Revisão e Atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal. 2012. .

LUCHESI, E. Processo Administrativo Tributário - Teoria e Prática. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.; RAMOS, L. F. . Retenções do INSS, Imposto de Renda e ISSQN. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. O imposto sobre serviço de qualquer natureza a luz da CF/88 e a LC 116/03. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. Revisão da Lei Orgânica. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. Fiscalização Especial do ISS - Inteligência Fiscal - Processo Legislativo. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. Lei Orgânica Municipal. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. ITBI - TEORIA E PRÁTICA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. Curso Preparatório para o concurso de Juiz do Trabalho. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.; CHRISTO, M. S. . A Importância e a situação do agente político na legislação brasileira e as relações na comunidade. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. XXII Congresso Estadual de Servidores de Câmaras Municipais do Rio

Grande do Sul. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. 6º Seminário de Qualificação do Servidor Público Municipal. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. Processo Administrativo Tributário - Teoria e Prática. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.; BANDEIRA, L. C. . Improbidade Administrativa: Ênfase no Nepotismo. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.; PAIM, E.M. . Fiscalização das Posturas Municipais. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. ISSQN - Teoria e Prática. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E.; KAHMANN, A. C. . Documentos, Proposições e Atos Legislativos. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. Municipalização do ITR. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. Regimento Interno. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. 3ª Conferência da Cidade de Estância Velha. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

SOUZA, A.L.B. ; LUCHESI, E. . Lei Orgânica Municipal. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. IPTU 2010 - AUMENTANDO A ARRECADAÇÃO. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. URBANISMO MUNICIPAL E PLANO DIRETOR - ASPECTOS JURÍDICOS. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESI, E. ISS. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

ENDEREÇO

RUA JERONIMO COELHO, 354, SALA INLEGIS
PORTO ALEGRE

TELEFONE

FIXO: (51) 3015-5809
WHATSAPP: (51) 9999.1.5809

SITE

CONSULTORIA@INLEGIS.COM.BR
WWW.INLEGIS.COM.BR

LUCHESE, E. Concessão e Permissão de Serviço Público. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. A Nova Legislação do Simples Nacional - Aspectos Tributários. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. Processo Judicial Tributário: Execução Fiscal e Embargos. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. ISSQN - Teoria e Prática. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E.; BANDEIRA, L. C. Improbidade Administrativa. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

BANDEIRA, L. C. ; LUCHESE, E. Improbidade Administrativa: Ênfase no Nepotismo. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. ISSQN e Fiscalização Bancária. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. IPTU 2009 - Aspectos Jurídicos. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. O ISSQN no Beneficiamento. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. Poder Legislativo e seu papel em face da Constituição Federal de 1988. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. Simples Nacional Lei Complementar 123/2006. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. Processo Administrativo Tributário. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. Licitações e Contratos Administrativos. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. Curso Preparatório para concurso de Técnico do TRT da 4ª Região. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. Curso Preparatório para o concurso de Juiz e Procurador do Trabalho. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. Encontro das Câmaras Municipais. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

LUCHESE, E. Encontro Jurídico - Plano de Carreira dos Servidores Públicos. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1. **LUCHESE, E.** Treinamento sobre o IPTU: Análise e Aspectos Polêmicos. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

2. **LUCHESE, E.** Direitos dos Servidores Públicos Federais. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

3. **LUCHESE, E.** Treinamento sobre A Cobrança Judicial Dívida Ativa. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

4. **LUCHESE, E.** Treinamento sobre ISS nas operações de Leasing. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

5. **LUCHESE, E.** Encerramento do mandato - Principais Verificações. 2012. .

6. **LUCHESE, E.** Condutas Vedadas aos Agentes Públicos nas Rotinas Administrativas. 2012. .

7. **LUCHESE, E.** Controle Patrimonial nas Câmaras e Prefeituras Municipais. 2012. .

8. **LUCHESE, E.** Revisão e Atualização do Regimento Interno da Câmara Municipal. 2012. .

9. **LUCHESE, E.** Treinamento sobre Fiscalização Tributária Municipal. 2013. .

ENDEREÇO

RUA JERONIMO COELHO, 354. SALA INLEGIS
PORTO ALEGRE

TELEFONE

FIXO: (51) 3015-5809
WHATSAPP: (51) 9999.15809

SITE

CONSULTORIA@INLEGIS.COM.BR
WWW.INLEGIS.COM.BR

10. **LUCHESI, E..** Treinamento sobre Fiscalização Tributária Municipal. 2013. .

11. **LUCHESI, E..** Treinamento sobre Fiscalização Tributária Municipal. 2013. .

12. **LUCHESI, E..** I Encontro Jurídico dos Assessores da Regional Zona Sul. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

13. **LUCHESI, E..** Treinamento sobre Fiscalização Tributária Municipal. 2013. .

14. **LUCHESI, E..** Treinamento sobre Fiscalização Tributária Municipal. 2013. .

15. **FERREIRA, M. N. ; LUCHESI, E. . I SESILIN.** 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

16. **LUCHESI, E..** Advocacia na Esfera Pública - Desafios e Tendências. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

ENDEREÇO

RUA JERONIMO COELHO, 354. SALA INLEGIS
 PORTO ALEGRE

TELEFONE

FIXO: (51) 3015-5809
 WHATSAPP: (51) 9999.1.5809

SITE

CONSULTORIA@INLEGIS.COM.BR
 WWW.INLEGIS.COM.BR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

Processo Nº 030.1.2023

Folha Nº 23

Assinatura:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 30.050.141/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/03/2018
-----------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL INLEGIS CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
-------------------------------------------------------	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO TV TUYUTY	NÚMERO 53	COMPLEMENTO APT 503
--------------------------------	---------------------	-------------------------------

CEP 90.050-270	BAIRRO/DISTRITO CENTRO HISTORICO	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE	UF RS
--------------------------	--------------------------------------------	----------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (51) 9991-5809
---------------------	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/03/2018
------------------------------------	-------------------------------------------------

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 13/03/2023 às 15:51:26 (data e hora de Brasília).

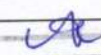
Página: 1/1

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

CNPJ: 90.893.439/0001-83
Rua Osvaldo Aranha, 175
C.E.P.: 96700-000 - São Jerônimo - RS

Processo Nº 030/2023

Folha Nº 24

Assinatura 

Solicitação Nr.: 30/2023

Data: 13/03/2023

Nr. por Centro de Custo: 2

Folha: 1/1

- [] Execução de Serviço
[] Execução de Obra
[] Compra

SOLICITAÇÃO DE MATERIAIS E/OU EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS

SOLICITANTE:

Centro de Custo: 11 - GAB.VER.ALAN FERREIRA MENEZES
Órgão: 1 - CAMARA DE VEREADORES DE SAO JERONIMO
Unidade: 1 - PROCESSO LEGISLATIVO
Nome do Solicitante: GAB. VER. ALAN MENEZES
Local de Entrega: CÂMARA DE VEREADORES SÃO JERÔNIMO - Bento Gonçalves entre os números 80 e 92
Destinação: INSCRIÇÃO PARA O CURSO 1023/2803 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS DA TEORIA À PRÁTICA: TÉCNICAS DE REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DE LEIS, PROCESSO LEGISLATIVO, REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, E DEMAIS TEMAS RELEVANTES PARA OS PODERES EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS.

Código da Dotação :
01.01.2.382.3.3.90.39.48.00.00.00 (57/2023)

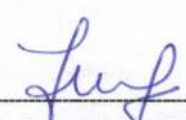
Observações: PALESTRAS ESPECIAIS; SEGURANÇA JURÍDICO, EFICIÊNCIA E OS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES DA LINDB NO PODER PÚBLICO, CONTRATAÇÕES DIRETAS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÕES E DA EXECUÇÃO DE CONTRATO, DE ACORDO COM A LEI 14.133/2021 DE 28 A 31 DE MARÇO PARA ASSESSORA JOSIANE LESSA.

ITENS SOLICITADOS:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	1	UN	Curso	790,0000	790,00
Preço Total:					790,00

Solicitante: GAB. VER. ALAN MENEZES: 

São Jerônimo, 13 de Março de 2023.


Assinatura do Responsável

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE SAO JERONIMO


Relação das Coletas de Preços (por fornecedor)

(Período de 01/03/2023 a 16/03/2023)

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Venceu
1	CURSO	UN		1,000	790,0000	790,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:	790,00		
				Total Itens Vencedores:	790,00		
				Total da Coleta:	790,00		

Número da Coleta: 30/2023 Data: 13/03/2023

Fornecedor: 8701 - INLEGIS CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELI

Processo N° 030 / 2023
Folha N° 25
Assinatura: 

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

Folha: 1/2

CNPJ: 90.893.439/0001-83
Rua Osvaldo Aranha, 175
C.E.P.: 96700-000 - São Jerônimo - RS

Processo Nº 030/2023
Folha Nº 26
Assinatura: A

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Excelentíssimo(a) Presidente da Câmara de Vereadores

No uso das atribuições de meu cargo, venho respeitosamente requerer que Vossa Excelência autorize a abertura de procedimento licitatório conforme especificações relacionadas abaixo. A existência de recursos orçamentários foi confirmada pelo parecer contábil expedido pelo setor de contabilidade, estando tudo de acordo com a legislação em vigor.

OBJETO DA LICITAÇÃO: INSCRIÇÃO PARA O CURSO 1023/2803 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS DA TEORIA À PRÁTICA: TÉCNICAS DE REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DE LEIS, PROCESSO LEGISLATIVO, REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, E DEMAIS TEMAS RELEVANTES PARA OS PODERES EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS.

Processo Adm. nº: 30/2023 **Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação
Forma de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM
Forma Pgto. / Reajuste:
Prazo Entrega/Exec.: 27/03/2023
Local de Entrega: CÂMARA DE VEREADORES SÃO JERÔNIMO - Bento Gonçalves entre os números 80 e 92
Urgência:
Vigência:
Observações: PALESTRAS ESPECIAIS: SEGURANÇA JURÍDICO, EFICIÊNCIA E OS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES DA LINDB NO PODER PÚBLICO, CONTRATAÇÕES DIRETAS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÕES E DA EXECUÇÃO DE CONTRATO, DE ACORDO COM A LEI 14.133/2

Convidados:

DOTAÇÕES QUE SERÃO UTILIZADAS:

1-CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

Despesa	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento	Valor Previsto
57	01.01.2.382.3.3.90.39.00.00.00.00	GABINETE VEREADOR ALAN FERREIRA MENEZE	3.3.90.39.48.00.00.00	790,00
Fonte de Recurso : 501 - Outros Recursos não Vinculados				
Total previsto:				790,00

ITENS:


Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	1,000	UN	Curso	790,0000	790,00
Total Geral →				790,0000	790,00

São Jerônimo, 13 de Março de 2023.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

Folha: 2/2

CNPJ: 90.893.439/0001-83
Rua Osvaldo Aranha, 175
C.E.P.: 96700-000 - São Jerônimo - RS

Processo Nº 030/2023
Folha Nº 27
Assinatura: 

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

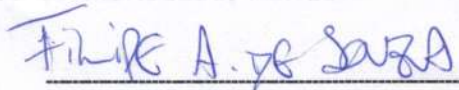
São Jerônimo, 13 de Março de 2023.

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO

O(a) Presidente da Câmara de Vereadores, Filipe Almeida de Souza, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor e suas alterações legais, resolve:

01 - Autorizar a abertura do Processo Administrativo de Licitação Nº 30/2023, na modalidade de Inexigibilidade de Licitação.

São Jerônimo, 13 de Março de 2023.


Filipe Almeida de Souza
Presidente da Câmara de Vereadores

Descrição da Dotação	Código da Dotação	Valor Previsto
CABINETE VEREADOR ALAN FERRERA MENDES	01.01.2.302.2.3.00.38.00.00.00.00	150,00
Outras Recursos não Vinculadas	301 - Outras Recursos não Vinculadas	150,00
Total previsto:		150,00


Item	Quantidade/Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	1.000 Un. Conv.		150,0000	150,00
Total Geral				150,00

São Jerônimo, 13 de Março de 2023

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

Folha: 1/1

CNPJ: 90.893.439/0001-83
Rua Osvaldo Aranha, 175
C.E.P.: 96700-000 - São Jerônimo - RS

Processo Nº 030/2023
Folha Nº 28
Assinatura: 

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes do objeto especificado abaixo, certifico que:

- HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação(ões) especificada(s) abaixo;
 - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;
 - Despesas Extra Orçamentárias.

DADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nr. Processo Adm. / Ano: 30/2023
Data do Processo Adm.: 13/03/2023
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Objeto do Processo Adm.: INSCRIÇÃO PARA O CURSO 1023/2803 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS DA TEORIA À PRÁTICA: TÉCNICAS DE REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DE LEIS, PROCESSO LEGISLATIVO, REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, E DEMAIS TEMAS RELEVANTES PARA OS PODERES EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

Cod.Red.	Un.Orç.	Proj./Ativ.	Elemento Despesa	Compl.do Elemento	Saldo Disponível	Valor Previsto
57	01.01	2.382	3.3.90.39.00.00.00.00	3.3.90.39.48.00.00.00	5.000,00	790,00
					Total Previsto:	790,00

					Total Geral:	790,00
--	--	--	--	--	---------------------	---------------

São Jerônimo, Em 15.03.23


Elissandra Moreira Lanzani
Téc. em Contabilidade
CRC 90323

Assinatura do Responsável



Processo Nº 030 / 2023

Folha Nº 29

Assinatura: *[Handwritten Signature]*

**RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO
PROCURADORIA LEGISLATIVA**

PARECER JURÍDICO

DFD nº: 030 / 2023

Analisando-se o requerimento encaminhado a esta Procuradoria, juntamente, com os documentos acostados, verificamos:

- Que está devidamente autorizado a contratação pela Presidência;
- Está devidamente instruído com a estimativa de despesa e a compatibilidade da previsão de Recurso Orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- É inviável a competição no caso em tela, por se tratar de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal por empresa de notória especialização.
- Diante do Exposto, o presente requerimento pode ser adquirido por contratação direta, por **INEXIGIBILIDADE**, com fundamento no Art. 72 c/c Art. 74, III, Letra F, ambos da Lei 14.133/21.

É o Parecer

Em 16/03/23.

[Handwritten Signature]
Petrônio Weber
Procurador Legislativo

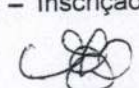
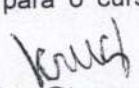

Processo Nº 020/2023Folha Nº: 30Assinatura: JA

RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.

Agente de Contratação e Equipe de Apoio

ATA nº 08/2023

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às 08h30min, no prédio do Poder Legislativo, reuniu-se os Agentes de Contratação e Equipe de Apoio a Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, nomeada pela Portaria 29/2023, composta da seguinte forma: Agentes de contratação: Elissandra Moreira Lanzarini, Luis Paulo Araujo Machado Equipe de Apoio: Gabriela dos Santos Pereira, Andressa Perini Rodrigues, Luis Felipe Costa Krug. Foram recebidos os seguintes Documentos de Formalização de Demanda: **1) DFD nº 014 – Dispensa de Licitação** - Contratação de 01 (um) arquiteto para realizar Projeto Arquitetônico para reforma interna do Prédio da Câmara, reforma do Plenário, construção de banheiros e Projeto do Prédio Anexo, para instalação do Almoxarifado, arquivo e Secretaria, como também a construção de uma Sala ao lado do Gabinete da Presidência – reforma paisagística das laterais e fundos do Prédio da Câmara e problema de drenagem da água da chuva na parte dos fundos do Prédio principal. A empresa com o menor valor e com todas as certidões em dia foi a Schirley Skorupski CPF: 463.032.190-04, no valor de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). Foi aprovada dotação para o DFD, o Procurador Legislativo opinou pela Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 72c/c Art. 75. II, ambos da Lei 14.133/21. **2) DFD nº 024 - Dispensa de Licitação** – Aquisição de 01 (um) quadro branco com medidas de aproximadamente 45x60cm em MDF. A empresa com o menor valor e com todas as certidões em dia foi a Silvana J. de Araújo Boanova Papelaria – Papelaria Origami CNPJ: 105878930001/77, no valor total de R\$ 34,90. Foi aprovada dotação para o DFD, o Procurador Legislativo opinou pela Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 72c/c Art. 75. II, ambos da Lei 14.133/21. **3) DFD nº 025 – Dispensa de Licitação** - Compra de 01 (um) apagador para quadro branco. A empresa com o menor valor e com todas as certidões em dia foi a Gepel Papelaria e Informática Ltda CNPJ: 116397290001/29, no valor total de R\$9,90. Foi aprovada dotação para o DFD, o Procurador Legislativo opinou pela Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 72c/c Art. 75. II, ambos da Lei 14.133/21. **4) DFD nº 026 – Dispensa de Licitação** - Compra de 03 (três) canetas para quadro branco, 01 (uma) preta, 01 (uma) azul e 01 (uma) vermelha.. A empresa com o menor valor e com todas as certidões em dia foi a Gepel Papelaria e Informática Ltda, no valor total de R\$16,50. Foi aprovada dotação para o DFD, o Procurador Legislativo opinou pela Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 72c/c Art. 75. II, ambos da Lei 14.133/21. **5) DFD nº 028 - Inexigibilidade** – Inscrição para o curso 1023/2103 – COMUNICAÇÃO PÚBLICA – VEDAÇÕES, CUIDADOS, PREVENÇÃO DE IRREGULARIDADES, USO DO WHATSAPP E FACEBOOK: o que postar, quando postar, uso de anúncios, dicas de ferramentas. A se realizar nos dias 21 à 24 de março de 2023, na sala da INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele, situada na rua Jerônimo Coelho, 354 na cidade de Porto Alegre - RS, para a servidora Sandra Teresinha Bregolin.. Tendo como custo total o valor de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais) referente à inscrição. A empresa com todas as certidões em dia é a INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre – RS. Foi aprovada dotação para o DFD, o Procurador Legislativo opinou pela Inexigibilidade com fundamento no Art. 72c/c Art. 74. **6) DFD nº 029 – Inexigibilidade** – Inscrição para o curso 1023/2103 – COMUNICAÇÃO PÚBLICA – VEDAÇÕES, CUIDADOS, PREVENÇÃO DE IRREGULARIDADES, USO DO WHATSAPP E FACEBOOK: o que postar, quando postar, uso de anúncios, dicas de ferramentas. A se realizar nos dias 21 à 24 de março de 2023, na sala da INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele, situada na rua Jerônimo Coelho, 354 na cidade de Porto Alegre - RS, para o servidor Luis Felipe Costa Krug. Tendo como custo total o valor de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais) referente à inscrição. A empresa com todas as certidões em dia é a INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre – RS. Foi aprovada dotação para o DFD, o Procurador Legislativo opinou pela Inexigibilidade com fundamento no Art. 72c/c Art. 74. **7) DFD nº 030 - Inexigibilidade** – Inscrição para o curso

Samuel Krug   

Rua: Osvaldo Aranha, 175 – Fone (Fax): (51) 3651 1811/1195 – E-mail: cmsaojeronimo@terra.com.br
CNPJ: 90.893.439/0001-83 – CEP.: 96700-000 – São Jerônimo – RS.



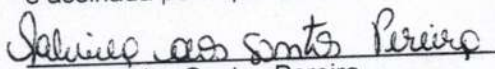
Processo Nº 30 / 2023

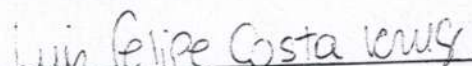
Folha Nº 31

Assinatura: a

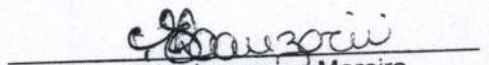
RIO GRANDE DO SUL CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.

1023/2803 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS - DA TEORIA À PRÁTICA: Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Processo Legislativo, Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, e demais temas relevantes para os poderes Executivos e Legislativos Municipais. Palestras especiais: Segurança Jurídica, Eficiência e os impactos das alterações da LINDB no Poder Público, Contratações Diretas por inexigibilidade de Licitação e Vedações à Participação de Licitações e da Execução de Contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. A se realizar nos dias 28 à 31 de março de 2023, na sala da INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele, situada na rua Jerônimo Coelho, 354 na cidade de Porto Alegre - RS, para a servidora Josiane Michele Rodrigues Lessa. Tendo como custo total o valor de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais) referente à inscrição. A empresa com todas as certidões em dia é a INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre – RS. Foi aprovada dotação para o DFD, o Procurador Legislativo opinou pela Inexigibilidade com fundamento no Art. 72c/c Art. 74. **8) DFD nº 031 - Inexigibilidade** – Inscrição para o curso 1023/2803 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS - DA TEORIA À PRÁTICA: Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Processo Legislativo, Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, e demais temas relevantes para os poderes Executivos e Legislativos Municipais. Palestras especiais: Segurança Jurídica, Eficiência e os impactos das alterações da LINDB no Poder Público, Contratações Diretas por inexigibilidade de Licitação e Vedações à Participação de Licitações e da Execução de Contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. A se realizar nos dias 28 à 31 de março de 2023, na sala da INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele, situada na rua Jerônimo Coelho, 354 na cidade de Porto Alegre - RS, para as servidoras Taís de Campos Bittencourt e Magda Rosani de Campos Bittencourt. Tendo como custo total o valor de R\$ 1.580,00 (um mil quinhentos e oitenta reais), sendo que o valor unitário de cada inscrição é de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais). A empresa com todas as certidões em dia é a INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre – RS. Foi aprovada dotação para o DFD, o Procurador Legislativo opinou pela Inexigibilidade com fundamento no Art. 72c/c Art. 74. **9) DFD nº 032 - Inexigibilidade** – Inscrição para o curso 1023/2803 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS - DA TEORIA À PRÁTICA: Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Processo Legislativo, Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, e demais temas relevantes para os poderes Executivos e Legislativos Municipais. Palestras especiais: Segurança Jurídica, Eficiência e os impactos das alterações da LINDB no Poder Público, Contratações Diretas por inexigibilidade de Licitação e Vedações à Participação de Licitações e da Execução de Contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. A se realizar nos dias 28 à 31 de março de 2023, na sala da INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele, situada na rua Jerônimo Coelho, 354 na cidade de Porto Alegre - RS, para a servidora Lisiane Bortoli de Lima. Tendo como custo total o valor de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais). A empresa com todas as certidões em dia é a INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre – RS. Foi aprovada dotação para o DFD, o Procurador Legislativo opinou pela Inexigibilidade com fundamento no Art. 72c/c Art. 74. Registra-se que o agente de contratação Luis Paulo Araújo Machado encontra-se de férias, conforme portaria nº43/2023. Encerro a presente Ata lavrada por mim Andressa Perini Rodrigues e assinada pelos presentes.


Gabriela dos Santos Pereira


Luis Felipe Costa Krug


Andressa Perini Rodrigues


Elissandra Lanzarini Moreira

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

CNPJ: 90.893.439/0001-83
Rua Osvaldo Aranha, 175
C.E.P.: 96700-000 - São Jerônimo - RS

Processo Nº 30/2023

Folha Nº: 32

Assinatura: [assinatura]

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nr.: 30/2023

Processo Nr.: 30/2023
Data do Processo: 17/03/2023
Data da Homologação: 17/03/2023
Sequência da Adjudicação: 1
Data da Adjudicação: 17/03/2023

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 14/2023 - IL

Folha: 1/1

(Empenho Ordinário nr.: 284)

Fornecedor: INLEGIS CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELI
Endereço: TV TUYUTY
Cidade: Porto Alegre - RS - CEP: 90050-270
CNPJ: 30.050.141/0001-80
Inscrição Estadual:

Código: 8701

Telefone:
Banco:
Agência:
Conta Corrente:

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.
Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES DE SAO JERONIMO
Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO
Centro de Custo: 11 - GAB.VER.ALAN FERREIRA MENEZES
Fonte de Recurso: Outros Recursos não Vinculados
Dotações Utilizadas: 57 - GABINETE VEREADOR ALAN FERREIRA MENEZES - (01.01.2.382.3.3.90.39.00.00.00.00) - (Saldo: 5.000,00)

Solicitações: (2023) = 30

Compl. Elemento: 3.3.90.39.48.00.00.00 - SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO
Condições de Pagto: BOLETO
Prazo Entrega/Exec.: 27/03/2023
Local de Entrega: CÂMARA DE VEREADORES SÃO JERÔNIMO
Objeto da Compra: INSCRIÇÃO PARA O CURSO 1023/2803 - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS DA TEORIA À PRÁTICA: TÉCNICAS DE REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DE LEIS, PROCESSO LEGISLATIVO, REVISÃO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA, E DEMAIS TEMAS RELEVANTES PARA OS PODERES EXECUTIVOS E LEGISLATIVOS MUNICIPAIS.
Observações: PALESTRAS ESPECIAIS: SEGURANÇA JURÍDICO, EFICIÊNCIA E OS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES DA LINDB NO PODER PÚBLICO, CONTRATAÇÕES DIRETAS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÕES E DA EXECUÇÃO DE CONTRATO, DE ACORDO COM A LEI 14.133/2

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,00	UN	Curso		790,00	790,00
					Total Geral:	790,00
					Desconto:	0,00
					Total Liquido:	790,00

(Valores expressos em Reais R\$)

São Jerônimo, 17 de Março de 2023

Filipe A. de Souza

Filipe Almeida de Souza
Presidente da Câmara de Vereadores



Processo Nº 30 / 2023

Folha Nº: 33

Assinatura: *ca*

RIO GRANDE DO SUL CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.

Inexigibilidade nº 14/2023

FILIFE ALMEIDA DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Ata nº 08/2023 dos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio de Licitações da Câmara Municipal,

CONSIDERANDO o parecer do Procurador Legislativo Petrônio José Weber,

RESOLVE ratificar e tornar público a **INEXIGIBILIDADE** para o seguinte item:

Objeto: Uma inscrição para o curso 1023/2803 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS - DA TEORIA À PRÁTICA: Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Processo Legislativo, Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, e demais temas relevantes para os poderes Executivos e Legislativos Municipais. Palestras especiais: Segurança Jurídica, Eficiência e os impactos das alterações da LINDB no Poder Público, Contratações Diretas por inexigibilidade de Licitação e Vedações à Participação de Licitações e da Execução de Contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. A se realizar nos dias 28 à 31 de março de 2023, para a servidora Josiane Michele Rodrigues Lessa.

Valor total: R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais)

Empresa: INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre

/RS.

Embasamento legal: Artigo 72, c/c Art. 74, III, Letra F, ambos da Lei nº 14.133/21.

PUBLIQUE-SE.

São Jerônimo, 17 de Março de 2023.

Revisado pelo Jurídico

Em: 17/03/23

Ass:

Petrônio Weber

Procurador Jurídico

Filipe Almeida de Souza
Presidente da Câmara de Vereadores



Diário Oficial do Município de São Jerônimo

Sexta-feira, 17 de março de 2023

Edição Extra nº 1777 - 727

SEÇÃO II – PODER LEGISLATIVO

Dispensa de Licitação nº 08/2023

FILIFE ALMEIDA DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Ata nº 08/2023 dos Agentes de Contratações e Equipe de Apoio de Licitações da Câmara Municipal, **CONSIDERANDO** o parecer do Procurador Legislativo Petrônio José Weber,

RESOLVE ratificar e tornar público a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para o seguinte item:

Objeto: Contratação de 01 (um) arquiteto para realizar Projeto Arquitetônico para reforma interna do Prédio da Câmara, reforma do Plenário, construção de banheiros e Projeto do Prédio Anexo, para instalação do Almoxarifado, arquivo e Secretaria, como também a construção de uma Sala ao lado do Gabinete da Presidência – reforma paisagística das laterais e fundos do Prédio da Câmara e problema de drenagem da água da chuva na parte dos fundos do Prédio principal.

Empresa: Schirley Skorupski CPF: 463.032.190-04.

Valor total: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais).

Embasamento legal: Art.72 c/c Art. 75, inciso II, ambos da Lei Federal nº 14.133/21.

São Jerônimo, 17 de Março de 2023

Filipe Almeida de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

Dispensa de Licitação nº 09/2023

FILIFE ALMEIDA DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Ata nº 08/2023 dos Agentes de Contratações e Equipe de Apoio de Licitações da Câmara Municipal, **CONSIDERANDO** o parecer do Procurador Legislativo Petrônio José Weber,

RESOLVE ratificar e tornar público a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para o seguinte item:

Objeto: Aquisição de 01 (um) quadro branco com medidas de aproximadamente 45x60cm em MDF.

Empresa: Silvana J. de Araújo Boanova Papelaria – Papelaria Origami, CNPJ: 105878930001/77, endereço: Rua Soares de Carvalho nº744, centro - São Jerônimo/RS.

Valor total: R\$34,90 (Trinta e quatro e noventa reais).

Embasamento legal: Art.72 c/c Art. 75, inciso II, ambos da Lei Federal nº 14.133/21.

São Jerônimo, 17 de Março de 2023

Filipe Almeida de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

Dispensa de Licitação nº 10/2023

FILIFE ALMEIDA DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Ata nº 08/2023 dos Agentes de Contratações e Equipe de Apoio de Licitações da Câmara Municipal, **CONSIDERANDO** o parecer do Procurador Legislativo Petrônio José Weber,

RESOLVE ratificar e tornar público a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para o seguinte item:

Objeto: Aquisição de 01 (um) apagador para quadro branco.
Empresa: Gepel Papelaria e Informática Ltda, CNPJ: 11.639.729.0001/29, endereço: Rua Ernesto Alves nº571 sala 01, centro - Santa Cruz do Sul/RS.

Valor total: R\$ 9,90 (Nove reais e noventa centavos).

Embasamento legal: Art.72 c/c Art. 75, inciso II, ambos da Lei Federal nº 14.133/21.

São Jerônimo, 17 de Março de 2023

Filipe Almeida de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

Dispensa de Licitação nº 11/2023

FILIFE ALMEIDA DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Ata nº 08/2023 dos Agentes de Contratações e Equipe de Apoio de Licitações da Câmara Municipal, **CONSIDERANDO** o parecer do Procurador Legislativo Petrônio José Weber,

RESOLVE ratificar e tornar público a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para o seguinte item:

Objeto: Aquisição de 03 (três) canetas para quadro branco, 01 (uma) preta, 01 (uma) azul e 01 (uma) vermelha.

Empresa: Gepel Papelaria e Informática Ltda, CNPJ: 11.639.729.0001/29, endereço: Rua Ernesto Alves nº571 sala 01, centro - Santa Cruz do Sul/RS.

Valor total: R\$ 16,50 (Dezesseis reais e cinquenta centavos).

Embasamento legal: Art.72 c/c Art. 75, inciso II, ambos da Lei Federal nº 14.133/21.

São Jerônimo, 17 de Março de 2023

Filipe Almeida de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

Inexigibilidade nº 12/2023

FILIFE ALMEIDA DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o disposto na Ata nº 08/2023 dos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio de Licitações da Câmara Municipal, **CONSIDERANDO** o parecer do Procurador Legislativo Petrônio José Weber,

RESOLVE ratificar e tornar público a **INEXIGIBILIDADE** para o seguinte item:



Diário Oficial do Município de São Jerônimo

Sexta-feira, 17 de março de 2023

Edição Extra nº 1777 - 727

Objeto: Inscrição para o curso 1023/2103 – COMUNICAÇÃO PÚBLICA – VEDAÇÕES, CUIDADOS, PREVENÇÃO DE IRREGULARIDADES, USO DO WHATSAPP E FACEBOOK: o que postar, quando postar, uso de anúncios, dicas de ferramentas. A se realizar nos dias 21 à 24 de março de 2023, na sala da INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele, situada na rua Jerônimo Coelho, 354 na cidade de Porto Alegre - RS, para a servidora Sandra Teresinha Bregolin.

Valor total: R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais)

Empresa: INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre /RS.

Embasamento legal: Artigo 72, c/c Art. 74, III, Letra F, ambos da Lei nº 14.133/21.

São Jerônimo, 17 de Março de 2023

Filipe Almeida de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

Inexigibilidade nº 13/2023

FILIFE ALMEIDA DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto na Ata nº 08/2023 dos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio de Licitações da Câmara Municipal, **CONSIDERANDO** o parecer do Procurador Legislativo Petrônio José Weber,

RESOLVE ratificar e tornar público a **INEXIGIBILIDADE** para o seguinte item:

Objeto: Inscrição para o curso 1023/2103 – COMUNICAÇÃO PÚBLICA – VEDAÇÕES, CUIDADOS, PREVENÇÃO DE IRREGULARIDADES, USO DO WHATSAPP E FACEBOOK: o que postar, quando postar, uso de anúncios, dicas de ferramentas. A se realizar nos dias 21 à 24 de março de 2023, na sala da INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele, situada na rua Jerônimo Coelho, 354 na cidade de Porto Alegre - RS, para a servidor Luis Felipe Costa Krug.

Valor total: R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais)

Empresa: INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre /RS.

Embasamento legal: Artigo 72, c/c Art. 74, III, Letra F, ambos da Lei nº 14.133/21.

São Jerônimo, 17 de Março de 2023

Filipe Almeida de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

Inexigibilidade nº 14/2023

FILIFE ALMEIDA DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** o disposto na Ata nº 08/2023 dos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio de Licitações da Câmara Municipal, **CONSIDERANDO** o parecer do Procurador Legislativo Petrônio José Weber,

RESOLVE ratificar e tornar público a **INEXIGIBILIDADE** para o seguinte item:

Objeto: Uma inscrição para o curso 1023/2803 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS - DA TEORIA À PRÁTICA: Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Processo Legislativo, Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, e demais temas relevantes para os poderes Executivos e Legislativos Municipais. Palestras especiais: Segurança Jurídica, Eficiência e os impactos das alterações da LINDB no Poder Público, Contratações Diretas por inexigibilidade de Licitação e Vedações à Participação de Licitações e da Execução de Contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. A se realizar nos dias 28 à 31 de março de 2023, para a servidora Josiane Michele Rodrigues Lessa.

Valor total: R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais)

Empresa: INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre /RS.

Embasamento legal: Artigo 72, c/c Art. 74, III, Letra F, ambos da Lei nº 14.133/21.

São Jerônimo, 17 de Março de 2023

Filipe Almeida de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

Inexigibilidade nº 15/2023

FILIFE ALMEIDA DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** o disposto na Ata nº 08/2023 dos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio de Licitações da Câmara Municipal, **CONSIDERANDO** o parecer do Procurador Legislativo Petrônio José Weber,

RESOLVE ratificar e tornar público a **INEXIGIBILIDADE** para o seguinte item:

Objeto: Duas inscrições para o curso 1023/2803 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS - DA TEORIA À PRÁTICA: Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Processo Legislativo, Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, e demais temas relevantes para os poderes Executivos e Legislativos Municipais. Palestras especiais: Segurança Jurídica, Eficiência e os impactos das alterações da LINDB no Poder Público, Contratações Diretas por inexigibilidade de Licitação e Vedações à Participação de Licitações e da Execução de Contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. A se realizar nos dias 28 à 31 de março de 2023, para as servidoras Tais de Campos Bittencourt e Magda Rosani Campos Garcia.

Valor total: R\$ 1.580,00 (Mil e quinhentos e oitenta reais)

Empresa: INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre /RS.

Embasamento legal: Artigo 72, c/c Art. 74, III, Letra F, ambos da Lei nº 14.133/21.

São Jerônimo, 17 de Março de 2023

Filipe Almeida de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores

Inexigibilidade nº 16/2023

FILIFE ALMEIDA DE SOUZA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais,



Diário Oficial do Município de São Jerônimo

Sexta-feira, 17 de março de 2023

Edição Extra nº 1777 - 727

CONSIDERANDO o disposto na Ata nº 08/2023 dos Agentes de Contratação e Equipe de Apoio de Licitações da Câmara Municipal, **CONSIDERANDO** o parecer do Procurador Legislativo Petrônio José Weber.

RESOLVE ratificar e tornar público a **INEXIGIBILIDADE** para o seguinte item:

Objeto: Uma inscrição para o curso 1023/2803 – O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LEIS - DA TEORIA À PRÁTICA: Técnicas de Redação e Alteração de Leis, Processo Legislativo, Revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara, e demais temas relevantes para os poderes Executivos e Legislativos Municipais.

Palestras especiais: Segurança Jurídica, Eficiência e os impactos das alterações da LINDB no Poder Público, Contratações Diretas por inexigibilidade de Licitação e Vedações à Participação de Licitações e da Execução de Contrato, de acordo com a Lei nº 14.133/2021. A ser realizado nos dias 28 à 31 de março de 2023, para as servidoras Lisiane Bortoli de Lima.

Valor total: R\$790,00 (Setecentos e noventa reais)

Empresa: INLEGIS – Consultoria e Treinamento Eirele - CNPJ 30.050.141/0001-80 – Porto Alegre /RS.

Embasamento legal: Artigo 72, c/c Art. 74, III, Letra F, ambos da Lei nº 14.133/21.

São Jerônimo, 17 de Março de 2023

Filipe Almeida de Souza

Presidente da Câmara de Vereadores